

CRENCIAMENTO PÚBLICO nº 009/2023.

Objeto: Credenciamento de pessoas físicas e jurídicas para prestação de serviços em auditoria médica e auditoria de enfermagem em atendimento às necessidades do Programa de Saúde dos Servidores Municipais de Catalão – PRÓ-SAÚDE, conforme estipulado neste Instrumento e seus anexos.



AVISO: ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO:

Toda a documentação exigida para o credenciamento deverá ser entregue **impresa** e **fisicamente** no **Núcleo de Editais e Pregões da Prefeitura Municipal de Catalão**, Rua Nassin Agel, 505, Centro, Catalão, Goiás, devendo ser entregues e protocolados unicamente com o Servidor Marcel Augusto Marques, de segunda a sexta, das 13h:00min às 17h:00min.

A DOCUMENTAÇÃO DEVERÁ SER PROTOCOLADA EM ENVELOPE LACRADO COM AS SEGUINTE ETIQUETAS:

CREDENCIAMENTO PÚBLICO nº 009/2023.

PROCESSO nº 2023039020.

EMPRESA: ____.

CNPJ nº ____.

E-MAIL:

WHATSAPP:

ou

CREDENCIAMENTO PÚBLICO nº 009/2023.

PROCESSO nº 2023039020.

NOME: ____.

CPF nº ____.

E-MAIL:

WHATSAPP:

Juntamente com a documentação indicada, os interessados deverão, também, entregar as declarações, devidamente assinadas pelo interessado ou seu representante legal, conforme modelos disponibilizados como anexos deste Instrumento, sob pena de não credenciamento.

Após a análise da documentação apresentada, o Órgão comunicará ao interessado, por meio dos meios eletrônicos de comunicação indicados nos documentos, se a documentação está de acordo com o exigido ou, caso necessário, o envio de documentação faltante e/ou irregular, devendo regularizar a documentação no prazo indicado no comunicado para o regular credenciamento.

O órgão não se responsabilizará por documentos entregues e/ou protocolados em local distinto ao indicado neste Instrumento Convocatório.



AVISO: INFORMAÇÕES:

Qualquer informação a respeito do credenciamento deverá ser enviada única e exclusivamente para o e-mail: nucleodeeditaisadm@catalao.go.gov.br

Todos os atos referentes ao processo serão disponibilizados no site da Prefeitura Municipal de Catalão – www.catalao.go.gov.br

NÃO SERÃO REPASSADAS INFORMAÇÕES A RESPEITO DO CERTAME POR TELEFONE!!!!



AVISO: DO PRAZO PARA CREDENCIAMENTO:

O presente credenciamento terá caráter precário, podendo ser revogado a qualquer momento pelo Órgão, conforme a disponibilidade financeira e orçamentária do contratante, e terá validade de 05 (cinco) anos, contados após a publicação deste Instrumento Convocatório nos meios oficiais obrigatórios, podendo, durante esse prazo, ocorrer atualizações nos valores referenciais e demais condições, conforme necessidade do órgão, atualizações que, quando necessárias, serão publicadas no site oficial do Município de Catalão e comunicados a todos os já credenciados por meio de comunicação oficial.



AVISO: DO CREDENCIAMENTO:

A vigência de cada Termo de Credenciamento será de 12(doze) meses, prorrogáveis conforme previsão do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, sempre que conveniente ao órgão e devidamente justificado.

Durante a vigência de cada Ata de Credenciamento, os interessados poderão solicitar seu descredenciamento, onde o Órgão atualizará o documento e o disponibilizará nos meios oficiais obrigatórios.

CRENCIAMENTO PÚBLICO nº 009/2023.
PROGRAMA DE SAÚDE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CATALÃO.
PROCESSO nº 2023039020.

1. DO PREÂMBULO:

Regime de execução:	Conforme estabelecido no Termo de Referência.
Gestora:	Karla Rosane Santos Rabelo.
Data de início de entrega dos documentos:	24/11/2023.
Validade:	05 (cinco) anos.
Local de entrega dos documentos, servidor responsável pelo recebimento e protocolo e horário:	Núcleo de Editais e Pregões da Prefeitura Municipal de Catalão - Rua Nassin Agel, 505, Centro, Catalão, Goiás, devendo ser entregues e protocolados unicamente com o Servidor Marcel Augusto Marques, de segunda a sexta, das 13h:00min às 17h:00min.
Local onde está disponível o edital e anexos para consulta:	www.catalao.go.gov.br
Comunicação entre o órgão licitante e o público em geral:	nucleodeeditaisadm@catalao.go.gov.br
Legislação aplicada:	Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Instrução Normativa do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás – TCM/GO - IN nº 00007/2016 e suas alterações e demais dispositivos legais aplicáveis a presente contratação.

O PROGRAMA DE SAÚDE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CATALÃO – PRÓ-SAÚDE - CNPJ nº 97.544.821/0001-20 torna público para conhecimento dos interessados que, na data indicada acima, iniciará o procedimento de **CRENCIAMENTO** de pessoas físicas e jurídicas para prestação dos seguintes:

- a) Auditoria Médica e;
- b) Auditoria de Enfermagem.

2. DO CRENCIAMENTO, VALORES E DEMAIS DISPOSIÇÕES:

2.1. Do credenciamento – TCM/GO: Art. 3º - Instrução Normativa IN nº 007/2016 – Alterada pela Instrução Normativa IN nº 001/2017 – Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás – TCM/GO – “*Considera-se credenciamento o contrato administrativo celebrado diretamente por inexigibilidade de licitação para atuação não-exclusiva, sem competição, precedido de chamamento público aberto a todos os interessados que atendam as condições estabelecidas em edital, com vistas a contratação de profissional saúde ou pessoa jurídica para prestação complementar de serviços públicos de saúde a população, utilizando-se de estrutura e recursos próprios ou da Administração Pública e tendo em contrapartida a remuneração por procedimento ou unidade de serviço.*” (grifamos)

2.2. Dos valores e atribuições:

AUDITORES MÉDICOS: irão atuar nas dependências da nova Sede Administrativa, devendo atender as demandas do serviço e das funções inerentes ao cargo. Esses profissionais, exercerão as seguintes atividades:

- a) realizar a análise das autorizações prévias de procedimentos médicos solicitados pelos usuários, bem como realizar visitas *in loco* nos Hospitais e Clínicas credenciadas;
- b) verificar e realizar as autorizações prévias de procedimentos e de materiais de OPME's solicitados;
- c) emitir pareceres técnicos para solicitação de justificativas de médicos e conformidade ou não de solicitações médicas;
- d) comunicar diretamente com médicos para a adequação ou possíveis dúvidas a respeito de solicitações enviadas;
- e) realizar análise técnica da pertinência de utilização de materiais de OPME (órteses, próteses e materiais especiais) solicitados;
- f) realizar análise de recursos de glosa médica solicitados pelos credenciados e; outras funções inerentes ao cargo e, também, aquelas solicitadas pelo Órgão.

Valor mensal: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

AUDITORES DE ENFERMAGEM: irão atuar nas dependências da nova Sede Administrativa, devendo atender as demandas do serviço e das funções inerentes ao cargo, cumprindo o mínimo 08 (oito) horas diárias. Esses profissionais exercerão as seguintes atividades:

- a) auxiliar na adequação dos gastos do Órgão através da auditoria analítica de enfermagem, garantindo que os materiais especiais e OPME's solicitados estão de acordo com o procedimento a ser realizado e garantir, também, que os processos sejam realizados dentro do prazo determinado, com agilidade e eficácia, de acordo com os critérios definidos pelo contrato firmado entre Órgão e o prestador de serviço;
- b) receber as faturas dos prestadores e realizar auditoria analítica e auditoria operativa;
- c) confrontar e conferir autorização das guias em papel com a cobrança realizada;
- d) verificar admissão e alta do paciente e respectiva quantidade de diárias, taxas e visitas nas guias de internações, exames, consultas, materiais, medicamentos de todos nossos prestadores;
- e) verificar valor de mat./med. das contas médicas se estão conforme tabelas contratadas com os prestadores;
- f) realizar as glosas e acertar erros das contas médicas hospitalares e clínicas credenciadas;
- g) acompanhar as cirurgias para rastreabilidade e utilização dos OPME;
- h) realizar visitas hospitalares para auditoria *in loco* dos prontuários de pacientes internados;
- i) analisar e discutir os recursos de glosas vindos de prestadores de serviço;
- j) realizar visitas técnicas para qualificação/credenciamento da rede prestadora;
- k) realizar Cotação/Regulação dos OPME's e materiais especiais solicitados para cirurgias de segurados do Órgão;
- l) emissão de relatórios técnicos quando necessário;

m) análise de solicitação de reembolso; e, outras funções inerentes ao cargo e solicitadas pela Gestão.

Valor mensal: R\$ 5.739,05 (cinco mil, setecentos e trinta e nove reais e cinco centavos).

3. DAS CONDIÇÕES MÍNIMAS PARA O CREDENCIAMENTO:

3.1. Poderão se credenciar, todas as Pessoas Físicas e Jurídicas que cumpram os requisitos mínimos estabelecidos abaixo:

3.1.1. Pessoa Física:

- a) Requerimento, conforme modelo disponibilizado junto ao Instrumento Convocatório;
- b) Currículo Vitae;
- c) Cópia dos documentos pessoais (RG e CPF);
- d) Cópia da Carteira de Identificação Profissional, devidamente registrada no Conselho Regional competente;
- e) Título de Eleitor com seu consequente comprovante de regularidade perante a Justiça Eleitoral;
- f) Comprovante de endereço residencial;
- g) Certidão de regularidade junto a Fazenda Municipal;
- h) Certidão de regularidade junto a Fazenda Estadual;
- i) Certidão de regularidade junto a Fazenda Federal;
- j) Certidão de regularidade junto a Justiça do Trabalho;
- k) Cópia simples do Diploma de conclusão de curso superior e de suas qualificações e especializações.

3.1.2. Pessoa Jurídica:

- a) Requerimento, conforme modelo disponibilizado junto ao Instrumento Convocatório;
- b) Currículo Vitae de todos os profissionais vinculados com a solicitante;
- c) Cópia dos documentos pessoais (RG e CPF) de todos os profissionais vinculados com a solicitante;
- d) Cópia da Carteira de Identificação Profissional, devidamente registrada no Conselho Regional competente de todos os profissionais vinculados com a solicitante;
- e) Título de Eleitor com seu consequente comprovante de regularidade perante a Justiça Eleitoral de todos os profissionais vinculados com a solicitante;
- f) Comprovante de endereço residencial de todos os profissionais vinculados com a solicitante;
- g) Certidão de regularidade junto a Fazenda Municipal de todos os profissionais vinculados com a solicitante;
- h) Certidão de regularidade junto a Fazenda Estadual de todos os profissionais vinculados com a solicitante;
- i) Certidão de regularidade junto a Fazenda Federal de todos os profissionais vinculados com a solicitante;
- j) Certidão de regularidade junto a Justiça do Trabalho de todos os profissionais vinculados com a solicitante;
- k) Cópia do Diploma de conclusão de curso superior e de suas especializações de todos os profissionais vinculados com a solicitante;
- l) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social atualizado da Pessoa Jurídica e cópia dos documentos pessoais dos sócios/proprietários;
- m) CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, com situação ativa, da solicitante;
- n) Comprovante de Endereço da Pessoa Jurídica;
- o) Alvará de Funcionamento da Pessoa Jurídica;
- p) Alvará Sanitário da Pessoa Jurídica.

4. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.1. Os serviços serão prestados nas dependências do Órgão, sendo de responsabilidade exclusiva e integral dos credenciados os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais decorrentes dos serviços, cujos ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para o Programa de Saúde dos Servidores Municipais de Catalão.

4.2. O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que observando o prazo mínimo de antecedência de **30 (trinta) dias após a solicitação**, durante o qual deverá atender a eventual demanda existente, sob pena das sanções administrativas indicadas neste Instrumento.

5. DOS PAGAMENTOS E DA AUDITORIA DAS FATURAS:

5.1. O pagamento pelos serviços e procedimentos prestados será feito em **até 30 (trinta) dias** após o protocolo físico da Nota Fiscal e seus comprovantes de regularidade junto ao Protocolo Físico do Programa de Saúde dos Servidores Municipais de Catalão.

5.1.1. As Notas Fiscais deverão ser emitidas com seguintes dados: **PROGRAMA DE SAÚDE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CATALÃO – PRÓ-SAÚDE - CNPJ nº 97.544.821/0001-20.**

6. DO DESCREDENCIAMENTO E DAS PENALIDADES:

6.1. O descredenciamento poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

- a) decisão unilateral do órgão;
- b) acordo entre as partes;
- c) cometimento de infração ético-disciplinar pelo credenciado, nos casos de negligência, imperícia, imprudência e descumprimento contratual, verificada em processo administrativo específico;
- d) ausência de apresentação de documentos de regularidade do credenciado e de seus membros;
- e) não cumprimento de cláusulas do termo de credenciamento, especificações ou prazos;
- f) cumprimento irregular de cláusulas do termo de credenciamento, especificações ou prazos;
- g) lentidão no cumprimento dos serviços;
- h) subcontratação total ou parcial dos serviços, associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial das obrigações contraídas, bem como a fusão, cisão ou incorporação da credenciada que afetem a boa execução dos serviços, sem prévio conhecimento e expressa autorização do Órgão;
- i) cometimento reiterado de faltas na execução dos serviços e nos atendimentos, anotadas em registro próprio, pelo representante do Órgão designado para o acompanhamento e fiscalização dos serviços;
- j) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da Contratada, que prejudique a prestação dos serviços;
- k) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e determinados pela máxima autoridade da esfera administrativa do Órgão e exaradas no processo administrativo que se referir ao contrato;
- l) Descumprimento do disposto no inciso V do Artigo 27 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

6.2. O credenciado que não cumprir com as obrigações correspondentes ao atendimento aos beneficiários, ficará sujeito às penalidades, previstas nos artigos 86 e 87 e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/93, abaixo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 50% (cinquenta por cento) do valor contratado, nos casos de se negarem a cumprir com as obrigações assumidas expressa ou tacitamente, valor este atualizado até a data da sua liquidação através do mesmo índice de correção monetária utilizado para os serviços públicos municipais;
- c) Cancelamento do credenciamento junto ao cadastro de profissionais e unidades de saúde da administração municipal, tornando-se impedido durante 02 (dois) anos de participar de contratar com o poder público municipal;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir à administração por prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem “b” acima;
- e) Rescisão contratual;
- f) As sanções de advertência e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas conjuntamente com a sanção de multa, conforme § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93.

6.3. Os usuários poderão denunciar qualquer irregularidade verificada na prestação dos serviços e/ou procedimentos e/ou faturamento.

7. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS E DISPOSIÇÕES FINAIS:

7.1. Consoante disposição do art. 45 da Lei nº 9.784/99, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.2. Fica reservado ao Órgão o direito de cancelar, no todo ou em parte, aditar, adiar, revogar, de acordo com seus interesses, ou anular o presente credenciamento, sem direito às entidades ou profissionais, a qualquer reclamação, indenização, reembolso ou compensação.

7.3. O interessado ao aceitar participar do presente Chamamento, implicará no total, integral e irrevogável aceitação dos termos deste, e seus anexos, bem como a observância dos regulamentos administrativos.

7.4. O Instrumento Convocatório e seus anexos, bem como a solicitação de credenciamento, farão parte integrante do Termo de Credenciamento, independente de transcrição.

7.5. As normas que disciplinarão o Instrumento Convocatório e seus anexos serão, sempre, interpretadas em favor do interesse público, sem comprometimento da segurança do futuro Termo de Credenciamento.

7.6. Aos casos omissos aplicar-se-á as demais disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações aplicáveis em cada caso específico.

7.7. Os proponentes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados para efeito de Credenciamento.

7.8. A publicação do resultado com a relação dos interessados que obtiverem o deferimento de suas solicitações, atendidas as exigências contidas neste termo e no Instrumento Convocatório, não importará em direito à contratação.

7.9. No caso de ausência da solicitação, pressupõe-se que os elementos constantes deste Termo e do Instrumento Convocatório são suficientes, claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente qualquer reclamação.

7.10. Os resultados e todos os atos serão publicados no site www.catalao.go.gov.br e comunicados por meio de e-mail informado no ato da solicitação de credenciamento.

Catalão, 23 de novembro de 2023.

Elaborado:
Marcel Augusto Marques.
Núcleo de Editais e Pregões.
Comissão Especial de Credenciamento.
Município de Catalão.

Ratificado:
Karla Rosane Santos Rabelo.
Gestora do Programa de Saúde dos Servidores
Municipais – PRÓ-SAÚDE.
Portaria nº 04 de 01 de janeiro de 2021.
Município de Catalão.

Original assinado!



ANEXO I.

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO – PESSOA JURÍDICA.

CREDENCIAMENTO PÚBLICO nº 009/2023.

PROCESSO nº 2023039020.

**ORGÃO: PROGRAMA DE SAÚDE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CATALÃO
– PRÓ-SAÚDE.**

EMPRESA:

CNPJ nº:

ENDEREÇO:

TELEFONE DE CONTATO – WHATSAPP:

E-MAIL:

RESPONÁVEL TÉCNICO:

CPF nº:

REGISTRO:

DECLARO:

- 1) o pleno e integral interesse no credenciamento, conforme qualificado acima, para prestação de serviços na área de , aceitando todas as condições indicadas no Instrumento Convocatório e declarando que detenho capacidade técnica para a prestação dos serviços para os quais solicito o credenciamento;
- 2) Que, sob as penas da Lei, não estou impedido de participar de processos de contratações promovidos pelo Município de Catalão, e nem fui declarado inidôneo para credenciar/contratar, inexistindo, até a presente data, fatos impeditivos para meu credenciamento ou que invalide a minha participação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3) Que, para fins do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, não emprego menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menores de 16 (dezesesseis)anos;
- 4) Que, que não sou servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;
- 5) Que, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº123, de14/12/2006.

Declara ainda que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido



estabelecido nos arts. 42 a 49 daquela Lei Complementar, não se enquadrando em quaisquer vedações constantes no § 4º do art. 3º da referida Lei.

Pelo presente termo e, conforme documentos anexos a este Termo, farão parte da equipe técnica os seguintes profissionais:

1) Profissional 1:

NOME:

CPF:

REGISTRO:

ESPECIALIDADE:

2) Profissional 2:

NOME:

CPF:

REGISTRO:

ESPECIALIDADE:

(...)

EMPRESA:

CNPJ nº:

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

CPF nº:



ANEXO II.

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO – PESSOA FÍSICA.

CREDENCIAMENTO PÚBLICO nº 009/2023.

PROCESSO nº 2023039020.

**ORGÃO: PROGRAMA DE SAÚDE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CATALÃO
– PRÓ-SAÚDE.**

NOME:

CPF nº:

ENDEREÇO:

TELEFONE DE CONTATO – WHATSAPP:

E-MAIL:

REGISTRO:

DECLARO:

- 1) o pleno e integral interesse no credenciamento, conforme qualificado acima, para prestação de serviços na área de , aceitando todas as condições indicadas no Instrumento Convocatório e declarando que detenho capacidade técnica para a prestação dos serviços para os quais solicito o credenciamento;
- 2) Que, sob as penas da Lei, não estou impedido de participar de processos de contratações promovidos pelo Município de Catalão, e nem fui declarado inidôneo para credenciar/contratar, inexistindo, até a presente data, fatos impeditivos para meu credenciamento ou que invalide a minha participação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3) Que, para fins do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, não emprego menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menores de 16 (dezesseis)anos;
- 4) Que, que não sou servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

NOME:

CPF nº:



ANEXO III.

MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO nº ____/2023.

Credenciamento Público nº 009/2023.

Processo nº: 2023039020.

**Programa de Saúde dos Servidores Municipais de Catalão – PRÓ-SAÚDE.
Município de Catalão.**

Considerando o julgamento do Credenciamento nº 009/2023, **RESOLVE** registrar os credenciados indicados e qualificados neste Termo, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Instrução Normativa do Tribunal de Contas dos Município de Goiás – TCM/GO - IN nº 00007/2016 e suas alterações e demais dispositivos legais aplicáveis a presente contratação e suas alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ATRIBUIÇÕES:

1.1. O Objeto deste Termo é o credenciamento de pessoas físicas e jurídicas para prestação de serviços em auditoria médica e auditoria de enfermagem em atendimento às necessidades do Programa de Saúde dos Servidores Municipais de Catalão – PRÓ-SAÚDE.

1.2. Os profissionais exercerão as seguintes funções:

AUDITORES MÉDICOS: Esses profissionais, exercerão as seguintes atividades:

- g) realizar a análise das autorizações prévias de procedimentos médicos solicitados pelos usuários, bem como realizar visitas *in loco* nos Hospitais e Clínicas credenciadas;
- h) verificar e realizar as autorizações prévias de procedimentos e de materiais de OPME's solicitados;
- i) emitir pareceres técnicos para solicitação de justificativas de médicos e conformidade ou não de solicitações médicas; c
- j) comunicar diretamente com médicos para a adequação ou possíveis dúvidas a respeito de solicitações enviadas;
- k) realizar análise técnica da pertinência de utilização de materiais de OPME (órgãos, próteses e materiais especiais) solicitados;
- l) realizar análise de recursos de glosa médica solicitados pelos credenciados e; outras funções inerentes ao cargo e, também, aquelas solicitadas pelo Órgão.

AUDITORES DE ENFERMAGEM: Esses profissionais exercerão as seguintes atividades:

- n) auxiliar na adequação dos gastos do Órgão através da auditoria analítica de enfermagem, garantindo que os materiais especiais e OPME's solicitados estão de acordo com o procedimento a ser realizado e garantir, também, que os processos sejam realizados dentro do prazo determinado, com agilidade e eficácia, de acordo com os critérios definidos pelo contrato firmado entre Órgão e o prestador de serviço;

- o) receber as faturas dos prestadores e realizar auditoria analítica e auditoria operativa;
- p) confrontar e conferir autorização das guias em papel com a cobrança realizada;
- q) verificar admissão e alta do paciente e respectiva quantidade de diárias, taxas e visitas nas guias de internações, exames, consultas, materiais, medicamentos de todos nossos prestadores;
- r) verificar valor de mat./med. das contas médicas se estão conforme tabelas contratadas com os prestadores;
- s) realizar as glosas e acertar erros das contas médicas hospitalares e clínicas credenciadas;
- t) acompanhar as cirurgias para rastreabilidade e utilização dos OPME;
- u) realizar visitas hospitalares para auditoria *in loco* dos prontuários de pacientes internados;
- v) analisar e discutir os recursos de glosas vindos de prestadores de serviço;
- w) realizar visitas técnicas para qualificação/credenciamento da rede prestadora;
- x) realizar Cotação/Regulação dos OPME's e materiais especiais solicitados para cirurgias de segurados do Órgão;
- y) emissão de relatórios técnicos quando necessário;
- z) análise de solicitação de reembolso; e, outras funções inerentes ao cargo e solicitadas pela Gestão.

1.3. O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que observando o prazo mínimo de antecedência de **30 (trinta) dias após a solicitação**, durante o qual deverá atender a eventual demanda existente, sob pena das sanções administrativas indicadas neste Instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PUBLICIDADE DO TERMO DE CREDENCIAMENTO:

2.1. Este Termo deverá ser assinado por representante legal, diretor, ou sócio do credenciado, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

2.2. O presente Termo terá validade de 12 (doze) meses.

2.2.1. O Termo de Credenciamento referente ao **Credenciamento Público nº 009/2023**, terá sua íntegra, após assinado, publicado no site oficial do Município de Catalão - GO durante sua vigência (www.catalao.go.gov.br).

2.2.2. O prazo de validade de cada Termo **será de 12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação no site do município, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, conforme indicado no Instrumento Convocatório.

2.3. Se durante a vigência deste Termo for necessária a adequação e/ou alteração dos valores estipulados como pagamentos pelos serviços prestados, caberá ao Programa de Saúde dos Servidores Municipais de Catalão – PRÓ-SAUDE convocar os credenciados registrados para aceite ou não, assinando, novamente, o respectivo termo.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS VALORES E DOS PAGAMENTOS:

3.1. O pagamento das faturas será efetuado, mensalmente, mediante a apresentação da Nota Fiscal referente ao período anterior, que será conferido e atestado por responsável do Programa, juntamente com os demais documentos indicados no Instrumento Convocatório.

3.2. O prazo para a efetivação do pagamento **será de até 30 (trinta) dias**, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento e não haja fator impeditivo provocado pelo credenciado, através de transferência eletrônica.

3.3. São os credenciados neste Termo:

NOME:

CPF:

Ou

EMPRESA:

CNPJ:

NOME:

CPF:

Os valores estimados para os próximos 12 (doze) meses são:

- a) Auditoria Médica: R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais);
- b) Auditoria de Enfermagem: R\$ 206.605,80 (duzentos e seis mil, seiscentos e cinco reais e oitenta centavos).

O valor total estimado para os próximos 12 (doze) meses será de R\$ 422.605,80 (quatrocentos e vinte e dois mil, seiscentos e cinco reais e oitenta centavos).

CLÁUSULA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES DO TERMO DE CREDENCIAMENTO:

4.1. O Termo de credenciamento poderá sofrer alterações, principalmente em relação aos valores que serão pagos e demais disposições, conforme indicado no Instrumento Convocatório.

4.2. Se ocorrer alteração dos valores a serem pagos pelo Órgão e os credenciados não puderem cumprir o compromisso, o órgão poderá liberar o credenciado do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes das ordens de serviços, e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos apresentados.

4.3. O registro do credenciado será cancelado mediante formalização por despacho do órgão, assegurando o contraditório e a ampla defesa, quando o credenciado:

- a) descumprir as condições estipuladas no Instrumento Convocatório e neste Termo;
- b) não aceitar reduzir o seu preço, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado ou incompatíveis com o orçamento do Órgão; ou

d) Sofrer sanção prevista no Instrumento Convocatório.

4.4. O cancelamento do registro do credenciado poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento deste Termo, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) A pedido do credenciado.

CLÁUSULA QUINTA - DOS ENCARGOS:

Nos valores a serem pagos, incluem-se todos e quaisquer encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, seguros, mão de obra entre outros, conforme indicado no Instrumento Convocatório.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos das dotações orçamentárias afetas ao Orçamento vigente do Programa de Saúde dos Servidores Municipais de Catalão – PRÓ-SAÚDE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

7.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93 e àquelas indicadas no Instrumento Convocatório, são obrigações:

7.1.1. DO CREDENCIADO:

- a) Exercer com pontualidade as demandas de atendimento autorizadas pelo Órgão;
- b) Comunicar imediatamente e por escrito ao Programa, qualquer anormalidade na prestação dos serviços, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- c) Atender com prontidão às reclamações por parte do Órgão;
- d) Manter todas as condições de regularidade documental exigidas para o credenciamento;
- e) Comunicar ao Programa modificação em seu endereço ou demais informações, sob pena de se considerar perfeita a notificação realizada no endereço constante nesta Ata.

7.2. DO ÓRGÃO:

- a) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com o credenciado, desde que não haja impedimento legal para o fato;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;
- c) Notificar, formal e tempestivamente ao credenciado sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Termo;
- d) Notificar ao credenciado por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- e) Aplicar as sanções administrativas pertinentes, em caso de inadimplemento das obrigações assumidas;
- f) Prestar ao Órgão todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços;
- g) Manter atualizada as informações e demais especificações deste Termo;
- h) Emitir autorizações dos serviços para sua execução.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO:

8.1. O Termo de credenciamento poderá ser rescindido de pleno direito:

8.1.1. Pelo Programa, independentemente de interpelação judicial, precedido de processo administrativo com ampla defesa, quando:

- 8.1.1.1.** O credenciado não cumprir as obrigações assumidas;
- 8.1.1.2.** O credenciado não assinar o Termo equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelo Programa;
- 8.1.1.3.** O credenciado der causa a rescisão administrativa deste Termo;
- 8.1.1.4.** Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas;
- 8.1.1.5.** Não aceitar reduzir o seu preço, na hipótese de este se tornar superior àquele praticado no mercado ou incompatível com o orçamento do Órgão;
- 8.1.1.6.** Por razões de interesse público, devidamente justificado pelo Programa;
- 8.1.1.7.** Caso ocorra transferência a terceiros, ainda que em parte, das obrigações assumidas pelo credenciado.

8.1.2. Pelo credenciado quando:

- 8.1.2.1.** Mediante solicitação escrita, comprovar a ocorrência de caso fortuito ou força maior.

8.2. A inexecução total ou parcial das obrigações pactuadas enseja a rescisão do objeto deste Termo, unilateralmente pelo Programa, ou bilateralmente, com as consequências indicadas no Instrumento Convocatório, mediante formalização e assegurados o contraditório e ampla defesa, contudo, sempre atendida à conveniência administrativa.

8.3. Poderá ainda ser rescindidos por mútuo consentimento, ou unilateralmente pelo Programa, a qualquer tempo, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias ao credenciado, por motivo de interesse público e demais hipóteses previstas no Instrumento Convocatório, ou ainda, judicialmente, nos termos da legislação pertinente.

8.4.1. Da rescisão procedida com base nesta cláusula não incidirá multa ou indenização de qualquer natureza.

8.5. A comunicação do cancelamento do registro, será feita por correspondência eletrônica nos meios informados pelo credenciado no momento do credenciamento.

8.5.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível os meios indicados acima, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o registro a partir da publicação.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES:

9.1. O credenciado que não cumprir com as obrigações correspondentes ao atendimento aos beneficiários, ficará sujeito às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 50% (cinquenta por cento) do valor contratado, nos casos de se negarem a cumprir com as obrigações assumidas expressa ou tacitamente, valor este atualizado até a data da sua liquidação através do mesmo índice de correção monetária utilizado para os serviços públicos municipais;

- c) Cancelamento do credenciamento junto ao cadastro de profissionais e unidades de saúde da administração municipal, tornando-se impedido durante 02 (dois) anos de participar de contratar com o poder público municipal;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir à administração por prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem “b” acima;
- e) Rescisão contratual;
- f) As sanções de advertência e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas conjuntamente com a sanção de multa, conforme § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93.

9.2. A aplicação das multas independe de qualquer interpelação judicial, precedida de processo administrativo com ampla defesa, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa.

9.3. As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis.

9.4. O credenciado será notificado, por escrito para recolhimento da multa aplicada, o que deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis dessa notificação. Se não ocorrer o recolhimento da multa no prazo fixado, o seu valor será deduzido das faturas remanescentes.

9.5. A recusa injustificada do credenciado em assinar este Termo, não aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pelo Programa, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, podendo o Órgão aplicar as penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO:

10.1. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Termo, fica eleito o Foro da Comarca de Catalão - GO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Catalão, ___ de _____ de 2023.

Karla Rosane Santos Rabelo.

Gestora do Programa de Saúde dos Servidores de Catalão – PRÓ-SAÚDE.

Portaria Municipal nº 04 de 01 de janeiro de 2021.

Município de Catalão.

CREDENCIADOS: